



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



Migrantes, Acolhimento e Integração Local: um Estudo de Caso em Viana do Castelo

Margarida Torres (Coord.), António Cardoso, Manuel Carlos Silva, Paulo Vagues e José Miguelote Monteiro

Setembro de 2022, Estudo OM 72

Observatório das Migrações

Alto Comissariado para as Migrações (ACM)

ISBN 978-989-685-128-6

Investigação cofinanciada pelo Fundo Europeu para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI)



Estudo disponível em: www.om.acm.gov.pt

Contacto: om@acm.gov.pt

Resumo:

Este livro teve por base um projeto de candidatura que a Câmara Municipal de Viana do Castelo apresentou ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), no âmbito dos “Estudos sobre Migrações e a Integração de Nacionais de Países Terceiros em Portugal: Políticas locais para imigrantes”. Para o efeito, foi solicitada pela Câmara Municipal uma assessoria técnico-científica à Associação de Sociologia do Alto Minho (ASSOCIAM) não só na própria candidatura ao FAMI como, uma vez aprovada a candidatura, na execução do projeto em torno do diagnóstico das condições de vida, práticas e representações dos imigrantes de países terceiros no concelho de Viana do Castelo, a fim de “*conhecer mais para agir melhor*” e, deste modo, fornecer recomendações para a política pública de integração de imigrantes.

A mobilidade humana entre territórios e fronteiras é parte de qualquer sociedade e não pode ser dissociada dos processos económicos de transformação de qualquer organização sociocultural. Porém, como nem sempre esta mobilidade se revela pacífica, o confronto cultural determina a tomada de decisões políticas, económicas, sociais, jurídicas ou outras, nem sempre compreendidas, mas de uma forma geral entendidas como positivas para os territórios onde este movimento se manifesta com mais intensidade, nomeadamente na produção de riqueza, na inovação, na diversidade cultural e na demografia.

Este movimento, aparentemente livre, determina a necessidade de se promover medidas comuns nos controlos fronteiriços e nos constrangimentos à mobilidade entre territórios. Caberá aos países estabelecer o seu quadro jurídico, bem como os processos de acolhimento e integração, de forma a minimizar os impactos negativos e tirar partido dos benefícios dos diferentes fluxos migratórios.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES | OBSERVATORY FOR MIGRATION | www.om.acm.gov.pt

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P. | HIGH COMMISSION FOR MIGRATION
Rua Álvaro Coutinho, 14 | 1150-025 Lisboa | T.+(351) 218 106 100 F.+(351) 218 106 117



As dinâmicas de acolhimento e de integração (ou não) dos imigrantes nos países de acolhimento podem influenciar positiva ou negativamente os fluxos de entrada de imigrantes, bem como todas as fases subsequentes da sua estadia no novo país. Na verdade, a decisão de emigrar acarreta, implicitamente, um conjunto de dúvidas, incertezas e receios que, do ponto de vista psicológico e social, são, por si só, elementos potenciadores de instabilidade emocional, não só para quem decide emigrar como também para a própria sociedade de acolhimento, que nem sempre percebe com “bons olhos” a chegada dos imigrantes, tratando-se, por isso, de um processo que se desenvolve de forma biunívoca. Daí a importância que o acolhimento assume nos processos de integração dos migrantes nas comunidades de acolhimento, tal como é destacado pela própria União Europeia quando refere que os *Estados-Membros* devem prestar, não só ajuda material como também assistência médica e psicológica, bem como outros apoios que assegurem a sua integração. No entanto, nem sempre nos deparamos com boas práticas em matéria de acolhimento, quer no plano internacional, quer no plano nacional.

É nesta dinâmica, de relativas oportunidades e obstáculos, que se processa a experiência vivida dos imigrantes que escolheram Portugal como país de acolhimento, como este estudo o vem evidenciar. Importará, por isso, refletir sobre esses fatores facilitadores e obstrutivos que marcam as histórias de vida daqueles que se veem obrigados a emigrar. São abordadas, por isso, de uma forma sucinta, as questões complexas que se colocam àqueles que decidiram escolher Portugal como país de acolhimento para refazer as suas vidas e/ou procurarem melhores condições económicas e, mais especificamente, a cidade de Viana do Castelo. Para uma melhor sistematização, consideraremos dois momentos fundamentais desse processo, obviamente interligados: o Acolhimento e a Integração.

No plano das políticas sociais, a integração apresenta-se como um constante desafio aos atores institucionais em causa, devido, por um lado, à multiplicidade de situações que os diversos imigrantes apresentam, devendo acautelar-se o respeito pelos seus hábitos culturais e, por outro lado, ter em conta as estratégias a adotar de forma a diluir as tensões sociais entre autóctones e imigrantes. O sucesso destas estratégias passa muito pelo modelo adotado pela sociedade de acolhimento no que se refere à integração dos imigrantes. Porém, não existe um único modelo de integração, pelo que a intervenção pública, dependendo da conjuntura nacional e dos contextos em que esta se desenrola, bem como dos objetivos que se pretende atingir, pode assumir uma diversidade de formas.

No que concerne às políticas de integração em Portugal, o aumento dos fluxos migratórios no início do século XXI, face à inexistência de uma política concertada nesta matéria, forçou a tomar medidas de regularização extraordinária para os imigrantes em situação irregular, bem como a repensar a política de imigração que tem vindo a desenvolver-se ao longo do tempo, com tomadas de posições restritivas e políticas securitárias, de acordo com as políticas de governação internas, as diretivas europeias e internacionais e com as dinâmicas territoriais. Contudo, tendo presente que Portugal é um país com pouca experiência em matéria de imigração – que só ganha expressão a partir do último quarto do século XX –, há que reconhecer uma significativa evolução no que concerne ao quadro legislativo e à organização e implementação de serviços públicos destinados à operacionalização das políticas públicas sobre imigração. Daí que, tendo em conta o significativo aumento do número de imigrantes no país nos últimos anos, com fortes impactos nas regiões, tornou-se evidente a necessidade de se analisar este fenómeno, no sentido de orientar as políticas públicas nacionais e locais para responder a este desafio de forma concertada.



Assim, e tal como consta no Aviso 42/FAMI/2018, o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), com vista a “Assegurar o aprofundamento contínuo do conhecimento sobre o fenómeno migratório e das dinâmicas de acolhimento e de integração de imigrantes e de requerentes de asilo (...)”, lançou um programa de financiamento para apoiar estudos e investigação sobre os NPT em Portugal, propondo que, do resultado desses estudos, resultem “recomendações para a política pública de integração de imigrantes NPT residentes em Portugal e de requerentes de asilo, embebidos do mote do Observatório das Migrações de conhecer mais para agir melhor”.

O Município de Viana do Castelo, não sendo marcadamente um território de imigrantes, tem vindo a sentir o impacto do aumento dos fluxos migratórios dos últimos anos, pelo que aceitou o desafio lançado pelo FAMI, propondo-se proceder ao estudo sobre os NPT que residem no seu próprio território, a partir do qual pretendeu não só fornecer recomendações para a política pública, como também reconfigurar a sua intervenção junto desta população, no sentido de responder às suas necessidades específicas e de promover a sua efetiva integração na comunidade.

Assim, considerando o número de estrangeiros residentes no concelho de Viana do Castelo, dos quais 67% são NPT, e tendo em conta os objetivos deste trabalho de diagnóstico, tomou-se como ponto de partida as seguintes questões: i) Que causas e mecanismos explicam as trajetórias de vida dos imigrantes no concelho de Viana do Castelo?; ii) Quais as suas condições de vida em termos educacionais, laborais, habitacionais?; iii) Qual o seu grau de integração social?; iv) Quais as suas relações e representações com as instituições, nomeadamente a nível local?; v) Quais as suas relações com cidadãos/ãs portugueses/as?.

Pretendeu-se, ainda, identificar e caracterizar o percurso histórico das últimas décadas que marcam a presença de comunidades imigrantes em Viana do Castelo, bem como referenciar a importância das comunidades imigrantes nas dinâmicas locais de desenvolvimento e de transformação da cidade.

Antes de elaborar uma política de integração e acolhimento, importa obviamente conhecer e realizar um diagnóstico da realidade social das minorias étnicas e dos imigrantes, as suas trajetórias, as suas condições objetivas de vida no campo educacional, laboral e habitacional, assim como as suas representações culturais e simbólicas, particularmente nas suas relações com a maioria, por um lado, e com as instituições, por outro, tendo em conta os diversos fatores e níveis de análise.

O presente estudo é, assim, composto por seis capítulos, que procuram dar resposta às questões acima mencionadas. O primeiro capítulo debruça-se sobre o enquadramento teórico suscetível de proporcionar um modelo ou articulação de modelos que permitam interpretar e explicar as diversas situações e comportamentos sociais e, na origem, este fenómeno migratório em direção a Portugal e, em particular, ao concelho de Viana do Castelo. No segundo capítulo são desenvolvidas algumas considerações no que concerne aos procedimentos de ordem metodológica, reservando-se um terceiro capítulo sobre a evolução do fluxo migratório e das políticas de imigração desenvolvidas nas últimas duas décadas em Portugal. Segue-se o quarto capítulo, que sumariamente apresenta uma caracterização sociodemográfica do concelho de Viana do Castelo. E, por último, no quinto e sexto capítulos são apresentados os dados resultantes do estudo, bem como a sua análise e considerações finais com algumas propostas e sugestões para as políticas locais na integração de migrantes em Viana do Castelo.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

De uma forma geral, o estudo conclui que os imigrantes são razoavelmente acolhidos em Viana do Castelo, quer por parte da maioria dos residentes, quer pela maioria dos responsáveis e funcionários das instituições. Por sua vez, a maioria dos imigrantes inquiridos/as gosta de morar na cidade e no concelho pela qualidade de vida, tranquilidade e segurança e planeia ficar no país e na região. Apesar disso, verificaram-se alguns constrangimentos na integração, nomeadamente no acesso à regularização dos processos para obtenção da autorização de residência (morosos e complexos, pela documentação exigida, e despersonalizados); no acesso à formação profissional e complementar pela não complementaridade da legislação que estabelece os critérios de inscrição e que impede a frequência, por parte dos imigrantes; no acesso ao mercado de trabalho, como já atrás se referiu, bem como no acesso à habitação, onde os sentimentos de discriminação racial são mais evidentes. Acresce, ainda, a questão dos transportes existentes e que dificultam as deslocações dentro e para fora do concelho, e que se revela um entrave no acesso ao mercado de trabalho, pela pouca regularidade, a não existência para alguns locais, os horários e a não coincidência com o funcionamento das atividades industriais.

Finalmente, para além da conclusão, são apresentadas uma série de ideias ou recomendações, especialmente dirigidas ao poder político, no intuito de as diversas entidades públicas tomarem nota e desenvolverem políticas públicas, proporcionando melhores condições de vida aos cidadãos/ãs nacionais de países terceiros, materializadas numa melhoria da prestação de serviço e das relações entre comunidades autóctones e alóctones.